



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO Nº : 21200.000524/2009-61
UNIDADE AUDITADA : CONAB - MATRIZ
CÓDIGO UG : 135100
CIDADE : BRASÍLIA
RELATÓRIO Nº : 224909
UCI EXECUTORA : 170964

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 224909, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pela COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO.

I - INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 04 a 15/05/2009, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-57/2008 e pelas DN-TCU-94/2008 e 97/2009.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-94/2008, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

4.1 RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO

a) Quanto aos resultados físicos e financeiros alcançados pela Unidade, registram-se os seguintes resultados:

a.1 - Para a Ação 2130 (Formação de Estoques Públicos) do Programa 0352 (Abastecimento Agroalimentar), a execução financeira foi de 28,30% (650,8 milhões) e a execução física foi de 24,65% (1,2 milhões de toneladas de sisal, milho e trigo).

a.1.1 - Segundo o gestor, em maio de 2007, quando do planejamento do

orçamento de 2008, o mercado apresentava sinais que não se confirmaram durante o exercício, dispensando a intervenção governamental nos montantes inicialmente propostos. O milho destacou-se com aquisição de 970,5 mil toneladas (79,94% da execução física) especialmente no Estado do Mato Grosso, em decorrência dos baixos preços praticados durante o segundo semestre do exercício de 2008.

a.1.2 - A desnecessidade de intervenção estatal no volume inicialmente estimado justifica a execução física e financeira inferior ao planejado.

a.1.3 - Houve efetividade na execução da Ação na medida em que se garantiu aos produtores a manutenção dos preços mínimos não cobertos pelo mercado.

+-----+ ! 22211 - CONAB ! +-----+						
! 0352 - Abastecimento Agroalimentar ! +-----+						
! 2130 - Formação de Estoques Públicos ! +-----+						
! Meta !	! Previsão !	! Execução !	! Execução/ !	! Atos e Fatos !	! Providên- !	
! !	! !	! !	! Previsão !	! que prejudi- !	! cias !	
! !	! !	! !	! (%) !	! caram o de- !	! Adotadas !	
! !	! !	! !	! !	! sempenho !	! !	
+-----+						
! Física !	4,925 !	1,214 !	24,65 !	Previsão a !	Redução do !	
! !	! mi ton !	! mi ton !	! !	! maior para !	! volume pla- !	
+-----+						
! Finan- !	2,3 bi !	650,794 !	28,30 !	! de intervenção !	! formação de !	
! ceira !	! !	! mi !	! !	! governamental !	! estoques !	
+-----+						

a.2 - Para a Atividade 2272 (Gestão e Administração do Programa) do Programa 0352 (Abastecimento Agroalimentar) a execução financeira foi de 99,53% (332,5 milhões) e a execução física não pôde ser aferida, visto inexistir meta física. A dotação inicial aprovada na LOA 2008 foi de 278,8 milhões. No decorrer do exercício o crédito de Pessoal e Encargos foi suplementado em 44 milhões e despesas de custeio e informática em mais 11,2 milhões.

a.2.1 - Segundo o gestor, o contínuo acompanhamento do índice de execução financeira foi fundamental para as negociações de suplementação orçamentária/financeira, dado que a dotação orçamentária aprovada para o período ocorreu em patamares inferiores aos solicitados pela CONAB.

a.2.2 - A dotação solicitada no PLOA 2008 era de 279,2 milhões, 400 mil superior à dotação aprovada. A maior parcela de suplementação (44 milhões - Pessoal e Encargos) é 110 vezes a citada diferença e caracteriza-se por despesas previsíveis.

a.2.3 - A gestão financeira foi eficaz à medida que aproximou-se de 100% de execução para o exercício.

+-----+ ! 22211 - CONAB ! +-----+						
! 0352 - Abastecimento Agroalimentar ! +-----+						
! 2272 - Gestão e Administração do Programa ! +-----+						
! Meta !	! Previsão !	! Execução !	! Execução/ !	! Atos e Fatos !	! Providên- !	

!	!	!	!	Previsão	!	que prejudi-	!	cias	!
!	!	!	!	(%)	!	caram o de-	!	Adotadas	!
!	!	!	!	!	!	sempenho	!	!	!
+-----+	+-----+	+-----+	+-----+	+-----+	+-----+	+-----+	+-----+	+-----+	+-----+
!Física!	-	!	-	!	-	!	Orçamentação	!	Suplementa-
!	!	!	!	!	!	!	insuficiente	!	ção de do-
+-----+	+-----+	+-----+	+-----+	+-----+	+-----+	+-----+	+-----+	+-----+	+-----+
!Finan-	334,1	!	332,5	!	99,53	!	para despesas	!	tação du-
!ceira	mi	!	mi	!	!	!	de pessoal	!	rante o
!	!	!	!	!	!	!	!	!	exercício

b)As manifestações que justificam o não alcance dos resultados qualitativos e quantitativos com relação à execução da Atividade 2130 são adequadas. Já aquelas referentes à Atividade 2272 não o são pelos motivos expostos em a.2.2.

c)No caso da ação 2130, não cabe falar em queda de desempenho mas sim na desnecessidade da intervenção. Já na ação 2272 a providência adotada para contornar a queda de desempenho foi a suplementação da dotação, sanando o efeito mas não atuando sobre as causas.

d)Segundo manifestação do gestor, para a ação 2130, embora as metas tenham sido adequadamente estipuladas, o cenário econômico tornou desnecessária a intervenção estatal. Já com relação à ação 2272, houve problemas de planejamento orçamentário que culminaram em dotação insuficiente e necessidade de suplementação.

22211 - CONAB						
0352 - Abastecimento Agroalimentar						
2130 - Formação de Estoques Públicos						
Exercício	Meta	Previsão	Execução	Execução/	Observações	
				Previsão		
				(%)		
2006	Física	3,467	2,599	74,96	Necessário	
		mi ton	mi ton		atuar no 1º	
2007	Finan-	2,16	938,49	43,45	quadrimestre,	
	ceira	bi	mi		porém aprov.	
2008	Física	4,042	876,5	21,68	LOA em maio	
		mi ton	mil ton		Execução a	
2009	Finan-	2,3	655,3	28,49	menor devido	
	ceira	bi	mi		desnecessi-	
2010	Física	4,925	1,214	24,65	dade de in-	
		mi ton	mi ton		tervenção	
2011	Finan-	2,3	650,794	28,30	Execução a	
	ceira	bi	mi		menor devido	
22211 - CONAB						
0352 - Abastecimento Agroalimentar						

2272 - Gestão e Administração do Programa						
Exercício	Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Observações	
2006	Física	-	-	-	Orçamento insuficiente.	
	Finan-	262,17	259,86	99,12	Necessária	
	ceira	mi	mi		suplementação da dotação.	
2007	Física	-	-	-	Orçamento insuficiente.	
	Finan-	287,86	287,23	99,78	Necessária	
	ceira	mi	mi		suplementação da dotação.	
2008	Física	-	-	-	Orçamento insuficiente.	
	Finan-	334,1	332,5	99,53	Necessária	
	ceira	mi	mi		suplementação da dotação.	

4.2 QUALIDADE E CONFIABILIDADE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO UTILIZADOS E CONTROLES INTERNOS IMPLEMENTADOS PELA GESTÃO

Foram analisados 09 indicadores de um total de 98 utilizados pelo órgão 22211 - Conab. Os indicadores foram obtidos a partir do Relatório de Gestão da Unidade. Constatamos que todos os indicadores do universo analisado atendem aos critérios de qualidade e confiabilidade.

Neste exercício, houve avanço sensível quanto ao estabelecimento de indicadores de gestão, fruto de parceria estabelecida entre a Conab e a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização - CGPLAN/MAPA. Esta iniciativa viabilizou a criação de indicadores de desempenho para as principais ações orçamentárias desenvolvidas pela Companhia, incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento dos benefícios estabelecidos no seu acordo coletivo de trabalho.

Segundo manifestado pelo gestor, o principal objetivo foi a criação de um painel de indicadores que possibilitasse o acompanhamento das atividades, a avaliação dos resultados e a antecipação de medidas para a correção de rumos e, adicionalmente, o atendimento às demandas dos órgãos de controle. Ressaltou também a importância da necessidade de disseminação e assimilação dos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade para internalização da cultura de indicadores operacionais. Devido à sua criação recente, os indicadores estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Foram identificadas necessidades de adequação no que se refere ao objetivo, à facilidade de cálculo e à facilidade de obtenção da informação e até mesmo quanto a uma definição mais detalhada, sinalizando revisão destes indicadores em 2009.

4.3 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Em 06/10/2006, a Conab firmou convênio com a Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE, com o objetivo de promover "Treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de pessoas ligadas ao setor de produção e armazenamento agrícola; realização de seminário; aprimoramento de material didático dos cursos e produção de boletins de divulgação de técnicas na área de armazenamento; integração com as Escolas Técnicas; desenvolvimento de software para apurar os custos da atividade de armazenamento e processamento".

O valor global para execução do convênio, conforme seu Plano de Trabalho e Termos Aditivos, é de R\$ 1.456.635,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e cinco reais), dos quais R\$ 1.023.135,00 (um milhão, vinte e três mil, cento e trinta e cinco reais) alocados pela concedente, e R\$ 433.500,00 (quatrocentos e trinta e três mil e quinhentos reais) alocados como contrapartida pela conveniente. O período de execução do referido convênio é de 06/10/2006 a 31/12/2010.

Foi repassado pela Conab à Funarbe o valor total de R\$ 276.135,00, divididos em duas parcelas assim indicadas: 1ª parcela - R\$ 113.193,00, liberada em 20/12/2006; 2ª parcela - R\$ 162.942,00, liberada em 17/07/2007. A meta física do convênio foi capacitar 800 pessoas; na execução física apresentada consta que foram realizados 64 cursos e capacitadas 1.595 pessoas.

Na prestação de contas, a Funarbe apresentou Relação de Despesas - Custeio. As notas fiscais estão arquivadas na citada Fundação, em conformidade com o que rege a Cláusula Décima - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, Subcláusula Quarta.

Por meio do Ofício PRESI/DIGES Nº 0476, DE 16.09.2008, a Conab informou não ter interesse na manutenção do convênio firmado com a Funarbe e efetivou a rescisão do convênio em questão.

4.4 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATO

De acordo com consulta ao Siafi, a Unidade apresentou os seguintes valores em empenhos liquidados, para os exercícios de 2006, 2007 e 2008:

Modalidade	2006	2007	2008
Convite	R\$ 53.274,49	R\$ 133.285,87	R\$ 135.063,11
Tomada de preço	R\$ 210.625,15	R\$ 165.583,17	R\$ 232.219,73
Concorrência	R\$ 2.787.161,50	R\$ 1.051.547,08	R\$ 135.323,63
Dispensa	R\$ 1.119.078,50	R\$ 1.464.080,03	R\$ 1.920.713,84
Inexigibilidade	R\$ 21.282.775,26	R\$ 18.851.217,76	R\$ 18.787.006,70
Não se aplica	R\$ 227.387.256,53	R\$ 251.202.448,78	R\$ 16.060.432,19
Pregão	R\$ 9.649.010,15	R\$ 12.041.653,78	R\$ 13.617.719,64

A partir da análise dos valores acima, verifica-se que a modalidade mais utilizada no atual exercício foi inexigibilidade. Nos exercícios anteriores a modalidade não se aplica teve destaque significativo. Porém, em 2008, houve queda relevante do uso desta modalidade. A partir dos processos analisados verificou-se que as contratações apresentaram correto enquadramento nas modalidades licitatórias e

foram compatíveis com as necessidades da Unidade, os serviços contratados encontram-se efetivamente em utilização bem como constam nos processos analisados pesquisas de preços precedendo os processos licitatórios e/ou a prorrogação de contratos.

De acordo com o RAIN/2008, a Unidade demonstrou atenção especial aos processos de contratação direta no exercício, revelada pela realização de trabalhos específicos da auditoria interna, no sentido de verificar a legalidade e legitimidade dos procedimentos licitatórios. Como resultado foi apurado que, na quase totalidade dos casos, a aplicação tanto de dispensa como de inexigibilidade foi feita de maneira correta e dentro dos parâmetros legais. Não foram constatadas irregularidades.

4.5 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

De acordo com dados apresentados em seu Relatório de Gestão, a Conab contou, no exercício de 2008, com 3.643 empregados, gerando um custo total de R\$ 137.946.507,36 (cento e trinta e sete milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e sete reais e trinta e seis centavos).

A tabela abaixo demonstra a evolução da distribuição da força de trabalho nos exercícios de 2006 a 2008, referente aos empregados do quadro próprio da Unidade:

Sureg	2006	2007	2008
AM	70	67	116
BA	105	111	146
CE	217	217	241
ES	107	105	130
GO	272	274	344
MA	118	119	121
MG	143	144	219
MS	79	75	99
MT	96	95	125
PA	63	65	74
PE	233	225	339
PI	146	149	178
PR	108	110	117
RJ	159	134	194
RN	88	88	111
RO	51	51	75
RS	106	106	121
SC	53	54	57
SP	67	67	77
TO	46	45	51
Matriz	562	588	708
Total	2.889	2.889	3.643

A Conab contou, ainda, em 2008, com 29 ocupantes de funções de confiança, sem vínculo, que geraram um custo, no exercício, de R\$ 2.411.721,94 (dois milhões, quatrocentos e onze mil, setecentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos).

Os terceirizados e estagiários somaram 1.324 no exercício de 2008, sendo 405 estagiários, 577 terceirizados na área de vigilância/limpeza, 24 terceirizados na área de apoio administrativo e 318 terceirizados em outras atividades.

Foram requisitados de outros órgãos 1.075 servidores, gerando um ônus

de R\$ 24.886.381,46 (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e um reais, e quarenta e seis centavos) para a Conab.

Quanto ao pessoal cedido pela Unidade em 2008, foram 290 com ônus total de R\$ 12.987.773,56 (doze milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos) e 11 cedidos sem ônus.

4.6 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Foram acompanhadas 50 determinações exaradas pelo TCU em 2008 por meio de Acórdãos, Decisões ou Relações, das quais 40 encontram-se plenamente solucionadas e 10 em andamento (6 pendentes de conclusão de processo judicial e 4 pendentes de conclusão de processo administrativo). Todas as determinações do Tribunal para o exercício sofreram algum tipo de encaminhamento. Do total, 37 determinações provêm de acórdão de 2006 (Acórdão TCU 1386/2006 - 1ª Câmara), resgatado pelo Acórdão TCU 2887/2008 - 1ª Câmara. Destas, 31 determinações já haviam sido solucionadas e acatadas em Relatório de Auditoria Anual de Contas de exercícios anteriores e as 6 restantes foram tratadas por meio da SA 224909/13. Destas, 5 pendem de decisão judicial ou de conclusão de inquérito administrativo e 1 apresenta-se plenamente solucionada. Aquelas determinações pendentes de decisão judicial ou conclusão de processo administrativo continuarão a ser monitoradas por essa Controladoria-Geral.

4.7 PROGRAMAS E PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

De acordo com o processo de Prestação de Contas do exercício de 2008 apresentado pela Unidade, o Programa de Revitalização da Conab teve início em dezembro de 2003, mediante acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (Projeto BRA 03/034). O Projeto BRA/03/034 tem como objetivo principal a revitalização da Unidade. Para tanto, de acordo com o Sistema Maera, foi prevista a alocação de recursos da ordem de US\$ 40,646,474.00, sendo US\$ 3,163,215.00 para o exercício de 2008.

Durante o exercício, o Projeto executou despesas no valor de US\$ 3,097,203.84, perfazendo uma execução total de US\$ 16,183,863.60, que representa uma implementação de, aproximadamente, 73,87% do orçamento total do Projeto, no valor de US\$ 21,909,915.00, conforme Relatório de Progresso.

A partir da amostra selecionada verificou-se que o Projeto tem atingido um bom nível de execução das atividades programadas bem como mantém uma estrutura organizacional de recursos humanos e controles internos relativamente adequados para o alcance de seus objetivos operacionais. A execução orçamentária foi realizada de acordo com o planejamento aprovado para o projeto, tendo sido observada, no registro das despesas, a adequada classificação orçamentária desses gastos, especialmente no que se refere à atividade relacionada, agência de implementação, fundo, doador e conta contábil.

4.8 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

De acordo com o Relatório Anual de atividades de Auditoria Interna -

RAINT 2008, as ações de auditoria realizadas no exercício "foram delineadas com um número limitado de auditorias ordinárias, cujos objetos foram criteriosamente especificados em programas de auditoria próprios, levando-se em conta, prioritariamente, além do cumprimento normativo, os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles, criticidades e, sempre que possível, o risco inerente."

No exercício foram realizadas auditorias nas áreas de licitações e contratos; patrimônio, englobando bens não destinados a uso e classificados como investimentos; recursos humanos, incluindo folha de pagamentos e benefícios concedidos aos empregados; Convênio firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA e Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, relativamente ao processo de Aquisição do Governo Federal - AGF. Além destas, foram realizadas auditorias para Avaliação de Balanço e Auditorias Contábeis-Financeiras. Segundo o RAIN 2008, a materialidade das áreas auditadas ultrapassa 2,7 bilhões de reais de dotação orçamentária de 2008.0 total de recursos efetivamente geridos pela Unidade relativamente às matérias auditadas nos períodos de abrangência dos trabalhos de auditoria totalizou 5,5 milhões, sendo que o volume de recursos auditados foi de 1,3 milhões, com representatividade significativa de 24%.

4.9 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

Nos exercícios de 2006 e 2007, a Conab não operou com Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF. No exercício de 2008, segundo dados apresentados no item 11 do Relatório de Gestão, as unidades agregadas gastaram R\$ 181.954,25 no pagamento de faturas do cartão e R\$ 46.818,68 em saques, de modo que a cada R\$ 3,89 gasto em fatura, R\$ 1,00 foi gasto em saque. A Sureg-MA foi a única regional que não utilizou a modalidade saque. As três Suregs que mais gastaram com pagamento de fatura foram MT, MS e RS, que juntas respondem por R\$ 114.130,94 (62,7%) do total. Já com relação aos saques, as três Suregs que apresentaram o maior montante foram MS, RS e PA, que juntas respondem por R\$ 29.556,33 (63,13%). Os três estados que apresentam as menores razões gastos com fatura/saques são: AM, ES e PA, indicando maior utilização relativa da modalidade saque.

Foram analisadas as contas de dois dos três Cartões de Pagamento do Governo Federal - CPGF pertencentes à Matriz, escolhidos pelo critério da materialidade. Foi examinado o montante de R\$ 9.523,77 de um total de R\$ 9.953,77, perfazendo 95,68% destes recursos. Não foram identificadas operações de saque para os cartões em apreciação. No entanto, foi identificado suprimento de fundos por meio de entrega direta de numerário a servidor. A prestação de contas deste suprido comprova a regular aplicação dos recursos.

Excluído:

5. Entre as constatações identificadas pela equipe, não foi possível efetuar estimativa de ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas

por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília , 26 de junho de 2009.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

CERTIFICADO DE AUDITORIA

CERTIFICADO Nº : 224909
UNIDADE AUDITADA : CONAB - MATRIZ
CÓDIGO : 135100
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO Nº : 21200.000524/2009-61
CIDADE : BRASILIA

Foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de 01Jan2008 a 31Dez2008.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram provas nos registros mantidos pela(s) unidade(s), bem como a aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria.

3. Em nossa opinião, diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo mencionado no parágrafo segundo, consubstanciados no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 224909 considero:

3.1 No que concerne à gestão dos responsáveis constantes do art. 10 da IN TCU nº 57/2008:

3.1.1 REGULAR com ressalvas a gestão dos responsáveis a seguir listados:

CPF	NOME	CARGO
"Nome e CPF protegidos por sigilo"		SUPERINTENDENTE REGIONAL

FALHA(s) MEDIA(s)

1.1.10.1

Impropriedades na execução do contrato de fornecimento de serviços de braçagem, consistentes na extrapolação do limite máximo diário de horas-extras previsto contratualmente e na realização de pagamentos antecipados, antes da regular liquidação da despesa.

CPF	NOME	CARGO
"Nome e CPF protegidos por sigilo"		DIRETOR NACIONAL DO PROJETO

FALHA(s) MEDIA(s)

1.1.7.3

Manutenção de contrato de consultor que estabeleceu vínculo contratual com a Administração Pública Federal durante a vigência do contrato com o PNUD.

3.1.2 REGULAR a gestão dos demais responsáveis tratados no mencionado Relatório de Auditoria.

3.2 No que concerne à gestão de outros responsáveis, não constantes do art. 10 da IN TCU nº 57/2008:

3.2.1 REGULAR com ressalvas a gestão dos responsáveis a seguir listados:

CPF	NOME	CARGO
"Nome e CPF protegidos por sigilo"		SUPERINTENDENTE CONTABILIDADE

FALHA(s) MEDIA(s)

1.1.6.2

Atraso no recolhimento de ICMS gerando multas e juros no montante de R\$ 5.815,07.

CPF	NOME	CARGO
"Nome e CPF protegidos por sigilo"		GERENTE DE FINANÇAS E ADMINI

FALHA(s) MEDIA(s)

1.1.10.1

Impropriedades na execução do contrato de fornecimento de serviços de braçagem, consistentes na extrapolação do limite máximo diário de horas-extras previsto contratualmente e na realização de pagamentos antecipados, antes da regular liquidação da despesa.

CPF	NOME	CARGO
"Nome e CPF protegidos por sigilo"		COORDENADOR NACIONAL DO PROJETO

FALHA(s) MEDIA(s)

1.1.7.3

Manutenção de contrato de consultor que estabeleceu vínculo contratual com a Administração Pública Federal durante a vigência do contrato com o PNUD.

Brasília , 26 de junho 2009

VARCIOLINO DE SOUSA DIAS
COORDENADOR-GERAL DE AUDITORIA - DRAGR/DR/SFC/CGU-PR



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO Nº : 224909
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO Nº : 21200.000524/2009-61
UNIDADE AUDITADA : CONAB MATRIZ
CÓDIGO : 135100
CIDADE : BRASÍLIA/DF

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da SFC/CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros, constatações e recomendações, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício, cuja certificação foi pela **"Regularidade com ressalvas"**.

2. No exercício de 2008, foram identificadas práticas administrativas que resultaram em impactos positivos na gestão da Entidade, dentre as quais destacamos avanço sensível quanto ao estabelecimento de indicadores de gestão, fruto de parceria estabelecida entre a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab e a Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esta iniciativa viabilizou a criação de indicadores de desempenho para as principais ações orçamentárias desenvolvidas pela Companhia, incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento dos benefícios estabelecidos no seu acordo coletivo de trabalho. Além disso foi verificado incremento no volume de aquisições pela modalidade licitatória Pregão e decréscimo nas contratações sem licitação, em relação aos exercícios anteriores.

3. Em observação ao escopo definido para os trabalhos de auditoria, identificaram-se impropriedades na gestão de contratos de obras, compras e serviços. Dentre as constatações identificadas pela equipe destacam-se impropriedades na execução de contratos e na realização e manutenção de registros contábeis.

4. As principais causas estruturantes para os fatos acima apontados foram as fragilidades nos controles internos, na gestão e fiscalização dos contratos. Em razão disso, recomenda-se efetuar melhorias nos controles de gestão e fiscalização dos contratos administrativos formalizados pela Unidade.

5. Conforme análise realizada nas áreas de gestão selecionadas, conclui-se que a Unidade expõe-se principalmente aos riscos de não

conformidade às normas vigentes e não consecução de objetos estabelecidos em ajustes pactuados, devido à fragilidade de seus mecanismos de controle interno. É fundamental a adoção das medidas saneadoras recomendadas, no sentido de mitigar o grau de exposição aos riscos de fraudes e erros e proceder à correção das impropriedades identificadas.

6. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VIII, art. 12 da IN/TCU/N.º 57/2008 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 26 de junho de 2009

Lucimar Cevallos Mijan
Diretora de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia